

# A Abordagem Excedentária para o Valor e a Distribuição.

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia – UNB

Pesquisador Nível I do CNPq.

# O Núcleo da Abordagem do Excedente

- A teoria clássica do crescimento e da distribuição de renda se baseia no conceito de “excedente social” (*social surplus*), desenvolvido por *François Quesnay* na sua obra *Tableau Economiqué* (1758), tendo se tornado dominante com os economistas clássicos ingleses, notadamente *Adam Smith* e *David Ricardo*.
- Quesnay observou no seu *Tableau Economiqué* que se o produto social tivesse que ser obtido ano após ano, sem aumento ou diminuição, então uma parte do mesmo teria que ser reempregado na produção, quer sob a forma de reposição dos meios de produção, quer sob a forma de subsistência dos trabalhadores agrícolas.
- O que sobrasse do produto anual se constituiria num excedente, o qual poderia ser empregado pela sociedade quer para a acumulação de capital (crescimento do produto anual) quer para o consumo de uma classe ociosa (os proprietários de terra).

# O Núcleo ...

- O *excedente social* pode, portanto, ser definido simplesmente pela seguinte relação:

$$- \quad E = PT - CN \quad (1)$$

# O Núcleo ...

- Consideremos inicialmente uma economia que produz um único bem (trigo), de maneira que o produto total e o consumo necessário são constituídos da mesma mercadoria.
- Essa hipótese é extremamente conveniente porque permite que lidemos com a questão da mensuração do excedente sem ter que determinar a relação de troca – os preços relativos – entre os diversos bens.
- Para que se possa determinar o *excedente* de forma residual é necessário que se conheçam as seguintes magnitudes:
  - A taxa de salário real.
  - O tamanho do produto social.

# O Núcleo ...

- Supondo que o consumo necessário é unicamente constituído pela *folha de salários*.
- E que os trabalhadores são pagos diretamente em trigo no ***início do período de produção*** – de forma que a folha de salários faz parte do “capital” envolvido nesse processo.
- Então o montante do consumo necessário estará inteiramente determinado a partir do momento em que se conhecer :
  - O número de trabalhadores empregados;
  - A taxa de salário real, ou seja, a quantidade de trigo que cada trabalhador recebe como pagamento pelos seus serviços.

# O Núcleo ...

- A hipótese básica dos economistas clássicos a respeito da taxa de salário real é que a mesma tende ao *nível de “subsistência” da força de trabalho*.
- Deve-se ter muito cuidado com o termo “subsistência”, pois o mesmo sugere a primeira vista a simples reprodução biológica da força de trabalho.
- A subsistência não deve ser encarada do ponto de vista estritamente fisiológico, mas sim do ponto de vista sócio-histórico.
  - Trata-se daquele nível de salário real que cada sociedade, em cada momento e circunstância histórica específica, considera o mínimo indispensável para os trabalhadores manterem a si mesmos e a sua família

# O Núcleo ...

- ***“Não se deve entender que o preço natural do trabalho (...) seja absolutamente fixo e constante. Varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo dos hábitos e costumes dos povos. Um trabalhador inglês consideraria seu salário abaixo do nível normal (...) se não lhe permitisse comprar se não batatas, nem viver numa habitação melhor do que um casebre de barro. No entanto, mesmo essas elementares exigências da natureza são frequentemente consideradas suficientes em países onde a ‘vida humana é barata’”***  
(Ricardo, 1817, p.83)

# O Núcleo ...

- O ponto a ser ressaltado é que, embora o salário real não seja **imutável** ao longo do tempo, ele deve ser tomado como um **dado** do ponto de vista da determinação do excedente.
- Em outras palavras, a magnitude do excedente não tem nenhum efeito direto e imediato sobre o nível de salário real
  - Não existe, para os economistas clássicos, uma relação entre preços (distribuição de renda) e quantidades (nível de utilização dos recursos produtivos existentes).
  - Separação entre a teoria da distribuição e a teoria da determinação do nível de utilização dos recursos existentes.



# O Núcleo ...

- Que ou quais mecanismos econômicos garantem que a taxa de salário real tenda a permanecer ao nível de “subsistência” da força de trabalho?
- No contexto da teoria clássica existem pelo menos dois mecanismos fundamentais, a saber:
  - A dinâmica populacional de Smith e Malthus.
  - O “exército industrial de reserva” de Marx.

# O Núcleo ...

- Segundo Smith e Malthus se a taxa de salário real superar o nível de subsistência da força de trabalho; então os trabalhadores começarão a ter mais filhos; o que irá acelerar a taxa de crescimento da força de trabalho.
- Esse aumento da oferta de trabalho irá, por sua vez, aumentar a **concorrência** entre os trabalhadores pelos empregos disponíveis, reduzindo o **poder de barganha** dos mesmos.
- Isso irá fazer com que o salário real se reduza até o nível de subsistência da força de trabalho.
- Quando isso ocorrer, então a força de trabalho voltará a crescer à uma taxa constante.

# O Núcleo ...

- Marx, por sua vez, considerava a existência de economias *duais*, ou seja, economias que possuem um **setor capitalista** (alta produtividade) e um setor **tradicional** ou **artesanal** (baixa produtividade).
- Nesse contexto, o progresso tecnológico no setor capitalista destruiria progressivamente o setor tradicional, desempregando uma grande quantidade de trabalhadores.
- Devido as diferenças na produtividade entre os dois setores, uma parte dos trabalhadores desempregados no setor tradicional não conseguiria emprego no setor capitalista, constituindo o assim chamado “exército industrial de reserva”.
- Esse contingente de desempregados limitaria o poder de barganha dos trabalhadores, impedindo que o salário real se elevasse de forma persistente com relação ao nível de “subsistência” da força de trabalho.

# O Núcleo ...

- No contexto da teoria clássica, o volume do produto social depende de dois conjuntos de circunstâncias, a saber:
  - O tamanho do estoque de capital, o qual determina o número de trabalhadores produtivos empregados.
  - As condições técnicas de produção, as quais determinam o produto físico que pode ser obtido a partir do número de trabalhadores produtivos empregados.

# O Núcleo ...

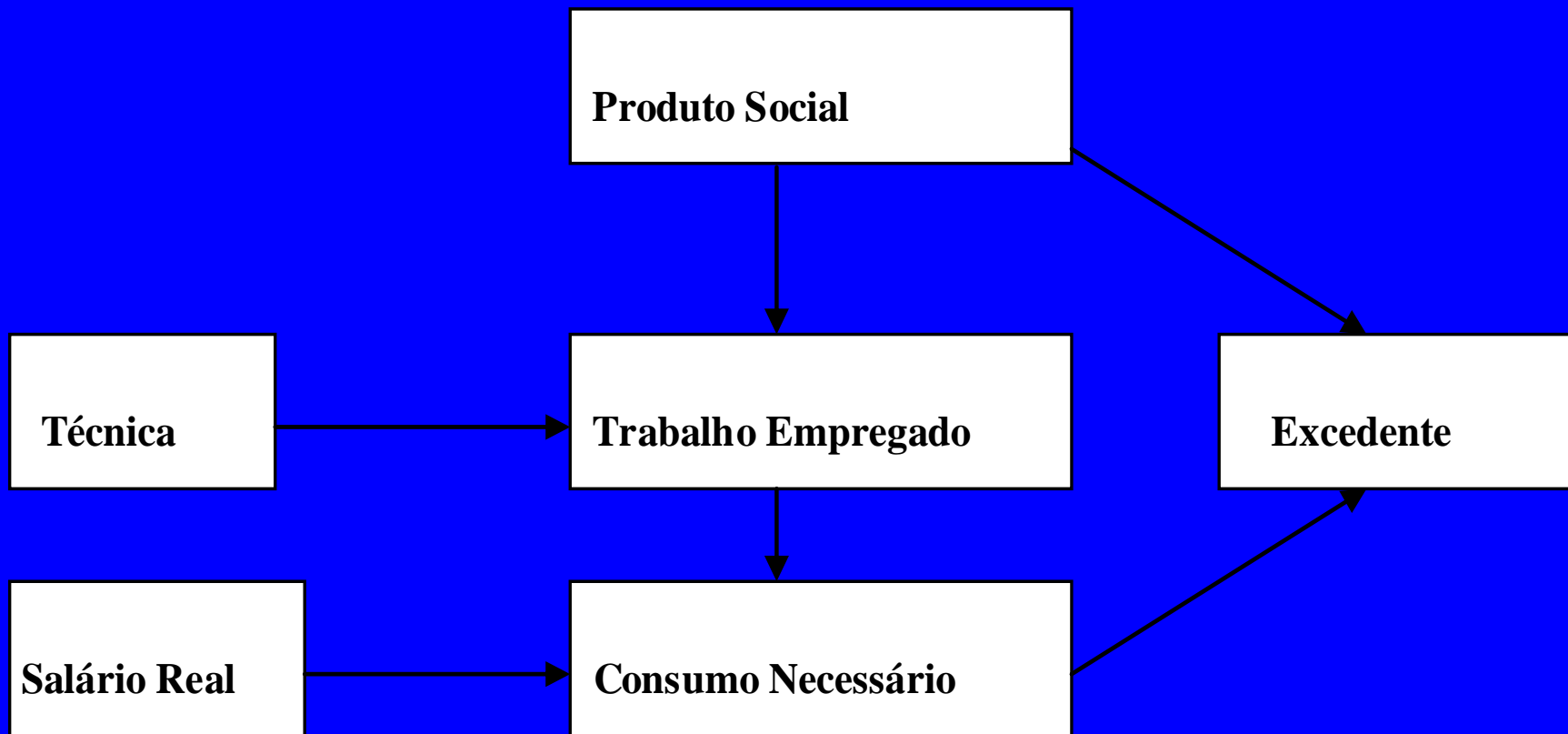
$$X = \frac{X}{L} \frac{L}{K} K = qvK \quad (3)$$

# O Núcleo ...

- Na equação (3)  $q$  e  $v$  são variáveis que representam as condições técnicas de produção.
- Por um lado,  $v$  apresenta a razão na qual trabalho e capital se combinam para produzir uma determinada quantidade de produto.
- Dada a tecnologia de produção, a relação trabalho-capital é **fixa** .
- Isso significa que mudanças na “intensidade dos fatores” só pode ser obtida por intermédio de inovações tecnológicas.
- Em outras palavras, estamos supondo que um dado “estado das artes” é compatível com a existência de uma e apenas uma técnica de produção

# O Núcleo ...

- Por outro lado,  $q$  representa a quantidade de produto que pode ser obtida a partir de uma unidade de trabalho, ou seja, a produtividade média do trabalho.
- Deve-se ressaltar que os economistas clássicos divergem entre si a respeito da dinâmica da produtividade do trabalho.
  - Smith considera que a produtividade do trabalho tende a crescer ao longo do tempo com o **aprofundamento da divisão do trabalho**, motivada pelo aumento do tamanho dos mercados;
  - Ricardo supõe que o crescimento populacional levaria a ocupação de terras cada vez menos férteis e, conseqüentemente, a **redução da produtividade média do trabalho**.



*Figura 1*



# A Teoria do Valor em Ricardo

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia – UnB

Pesquisador Nível IB do CNPq.

# A Teoria do Valor Trabalho

- Segundo Ricardo, as mercadorias numa economia capitalista devem ser trocadas em proporção a quantidade de trabalho nelas contido.
- Essa relação não seria afetada pelo fato de que em tal economia uma parte do produto não retorna aos trabalhadores sob a forma de salários.
- Numa economia mercantil simples, a quantidade de trabalho que pode ser adquirida por uma mercadoria A nada mais é do que a quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias pelas quais se trocam A.
  - $P_a = w q_a$                        $l_a = P_a/w = q_a$
  - $P_b = w q_b$                        $l_b = P_b/w = q_b$
- Numa economia capitalista a mercadoria A pode adquirir trabalho em dois sentidos:
  - Porque existe trabalho nas mercadorias adquiridas por A.
  - Porque A se permuta diretamente por trabalho.
    - $P_a = w q_a(1+r)$                        $l_a = q_a(1+r)$
    - $P_b = w q_b(1+r)$                        $l_b = q_b(1+r)$
    - $P_a/P_b = q_a/q_b$

# A Teoria do Valor ...

- Se efetivamente os valores de troca de uma economia capitalista fossem iguais as quantidades de trabalho contidas nas mercadorias então a taxa de lucro poderia ser calculada em termos puramente físicos.
- A quantidade de cereal seria substituída pela quantidade de trabalho.
- A questão levantada por Ricardo é saber se a Teoria do Valor Trabalho passa incólume por outras objeções.
  - Ricardo constata que, em geral, a troca de mercadorias em conformidade com a quantidade de trabalho nelas contida se mostra incompatível com a realidade da concorrência.
  - Se a taxa de lucro é a mesma em todos os setores então a relação de troca entre duas mercadorias não depende da quantidade de trabalho contido nas mesmas mas também do período no qual esses trabalhos foram incorporados às diversas mercadorias.
  - Consideremos uma mercadoria que exija uma quantidade conjunta T1 de trabalho para ser produzida:
    - $T1 = T11 + T12$
    - T11: quantidade de trabalho utilizada no período corrente para a produção da mercadoria 1.
    - T12: quantidade de trabalho utilizada no período anterior para a produção dos meios de produção necessários à elaboração da mercadoria em questão.
  - Consideremos que o trabalho seja pago por intermédio de uma antecipação anual, a qual constitui o capital circulante.

# A Teoria do Valor ...

- Capital circulante empregado na produção da mercadoria em questão:  $wT_{11}$
- Essa antecipação contribui para o valor da mercadoria 1 em :  $w(1+r)T_{11}$
- Valor dos meios de produção empregado na produção da mercadoria 1 é:  $w(1+r)T_{12}$
- Temos:
  - $P_1 = (1+r) [wT_{11} + (1+r) T_{12}]$
  - $P_1 = (1+r) w T_{11} + (1+r)^2 w T_{12}$

# A Teoria do Valor ...

- Para uma mercadoria 2 que necessite de trabalho conjunto T2 – produzido pela soma de um trabalho T21 e um trabalho T22, temos:
- $P2 = (1+r) w T21 + (1+r)^2 w T22$
- $P1/P2 = (T11/T21) * [1+(1+r)(T12/T11)] / [1+(1+r)(T22/T21)]$
- Se  $(T11/T12) = (T21/T22)$
- Então:
- $P1/P2 = T11/T21$
- Para que seja válida a “lei do Valor” é necessário que a estrutura temporal do trabalho contido seja igual em ambas as mercadorias
- O grande problema encontrado por Ricardo consiste na incapacidade desse autor em encontrar uma medida invariante do valor, tal como uma grandeza física.
- Ricardo mantém nos princípios a mesma tese que sustentaria no Ensaio de 1815, ou seja, de que a taxa de lucro agrícola determina a taxa geral de lucro e que, por isso, a tendência queda da taxa de lucro agrícola está na origem da queda da taxa de lucro de todo o sistema.

# A Lei dos Mercados de J.B.Say

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia – UnB

Pesquisador Nível IB do CNPq.

# A Lei dos Mercados de Say

- O enunciado original da Lei de Say, tal como foi concebida originalmente pelo próprio Say, dizia simplesmente que haveria sempre demanda suficiente para absorver a produção corrente, qualquer que seja o nível desta.
- Esse resultado é obtido a partir da adoção das seguintes premissas (cf. Lipkin, 1990):
  - “Produzir é querer comprar”
  - “Produzir é poder comprar”.
- Em outras palavras, a Lei de Say pressupõe que os requisitos para a existência de demanda efetiva pelas mercadorias – o desejo e a capacidade de comprar – se acham implícitos no próprio ato de produção das mesmas.
  - *“É bom observar que um produto acabado oferece sempre, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou seu produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa de desfazer-se do dinheiro que sua venda propicia, para que o valor do dinheiro não fique ocioso. Ora não é possível desfazer-se do dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos”* (Say, 1983, p.139).

# A Lei ...

- Duas preposições fundamentais da Lei de Say:
  - A produção (renda) é sempre gasta.
  - Todo o nível de produção é solvável.
- Uma vez aceitas as premissas da Lei de Say temos que concluir que os indivíduos irão utilizar toda a sua renda, proveniente da venda de sua produção no mercado, para adquirir outras mercadorias.
- Isso porque a satisfação de necessidades, presentes ou futuras, é o móvel da produção, de tal maneira que a simples ocorrência de atividade produtiva demonstra que os indivíduos desejam comprar outras mercadorias.
  - Invalida a crítica de senso-comum a Lei de Say, segundo a qual a oferta de mercadorias pode se tornar excessiva porque os indivíduos que tem capacidade para adquirir bens, podem não ter o desejo de fazê-lo.
    - *“O erro está em não perceber que, embora todos os que tem com que pagar possam já estar de posse de cada artigo de consumo que desejam, o fato de continuarem a aumentar a produção prova que a realidade efetiva não é essa”* (Mill, 1988, p.205).



# A Lei ...

- Aceitas as premissas da Lei de Say temos que concluir que todo o nível de produção é solvável
- De acordo com a segunda premissa da Lei de Say, sabemos que “produzir é pode comprar”.
- Essa premissa significa que é a própria produção que determina a renda dos indivíduos, ou seja, que a renda é gerada no próprio ato de produção.
- Nas palavras de Say:
  - *“Em que consistem tais meios? Em outros valores, outros serviços, frutos de sua indústria, de seus capitais e de suas terras: daí resulta, embora a primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados para os produtos”* (1983, p.137).

# A Lei ...

- Ao acrescentarmos a primeira premissa o esquema fica completo: os indivíduos produzem porque querem comprar outros produtos, e ao produzirem obtem os meios necessários para fazê-lo.
- A demanda não se constitui em obstáculo para o crescimento da produção, pois qualquer nível de produção é solvável.
- A Lei de Say pode ser vista como um princípio que estabelece a existência de uma relação de determinação unilateral do gasto pela renda.
  - A produção determina a renda
  - A renda é integralmente gasta.
  - $Y_t = D_t$  (1)
  - Subtraindo o consumo de ambos os lados da expressão (1), temos:
  - $S_t = Y_t - C_t = D_t - C_t = I_t$  (2)
  - A poupança determina o investimento.
  - Se os indivíduos só produzem com o objetivo de comprar, então a parcela da produção que não for alocada para consumo presente será, de imediato, alocada para consumo futuro.
  - Poupar é o mesmo que investir.

# A Lei ...

- Para os economistas clássicos não há distinção entre poupança e investimento, ou seja, poupar é o mesmo que investir, não são decisões distintas, mas a dupla face de um mesmo fenômeno: a acumulação de capital.
- Nas palavras de Garegnani:
  - *“In Ricardo and Malthus, as in Smith before then, the question of a possible divergence between the two magnitudes has not been posed”* (Garegnani, 1983, p.26).
- A poupança não se constitui numa redução da demanda agregada, ou seja, a parcimônia não implica numa redução da demanda por bens.
- Isso porque tudo o que não for gasto com a compra de bens de consumo, o será com a compra de bens de investimento.

# A Lei ...

- A aceitação da Lei de Say não implica na negação da possibilidade de ocorrência de crises econômicas.
- Com efeito, todos os economistas clássicos reconheciam a possibilidade de ocorrência de divergências entre a composição setorial da oferta e a composição setorial da demanda, de forma que haveriam algumas mercadorias em excesso de oferta nos mercados.
- A contra-partida dessa situação é que existiriam outras mercadorias com excesso de demanda.
- A nível agregado, contudo, a magnitude da oferta seria igual a magnitude da demanda.
- Nas palavras de Sowell:
  - *“The classical economists were not guilty of the absurdity of denying the existence of depressions, unemployment, or unsold goods, as sometimes is claimed in the literature. They recognized such phenomena as effects of production as far as product mix was concerned, but not excessive in the aggregate”* (Sowell, 1978, p.43).

# A Lei de Say e a Moeda

- A existência de moeda faz com que os atos de compra e venda de mercadorias sejam separados no tempo.
  - Ao vender um produto, o indivíduo não é obrigado a gastar imediatamente o resultado dessa venda. Ele pode *adiar* a realização desse gasto.
  - A introdução da moeda como simples intermediário de trocas é condição necessária para dar um grau maior de autonomia às decisões de gasto dos agentes econômicos.
  - Nesse caso, a possibilidade de *adiamento* dos gastos que é introduzida pela moeda faz com que o corolário básico da Lei de Say seja rejeitado: os indivíduos produzem, vendem a sua produção no mercado, mas não compram.
  - No período de produção de referência haverá um excesso de mercadorias não vendidas devido a insuficiência de demanda efetiva.
  - Para que a existência de moeda seja uma condição suficiente para o adiamento da decisão de gastos, no entanto, a moeda não deve ser vista apenas como um intermediário de trocas, ela deve ser vista como um instrumento de acumulação de riqueza no tempo.
  - Essa função da moeda como “reserva de valor” não é considerada pelos economistas clássicos, para quem a moeda é um simples intermediário de trocas.

# A Lei de Say e a Moeda

- Nas palavras de Ricardo:
  - “Os produtos são sempre trocados por outros produtos ou serviços. O dinheiro é o meio pelo qual se efetua a troca” (Ricardo, 1982, p.198).
- Nas palavras de Say:
  - “(...) O dinheiro é apenas a viatura de valor dos produtos” (Say, 1983, p.138).

# A Lei de Say e a Teoria Ricardiana

- A Lei de Say desempenha um papel importante na teoria Ricardiana da acumulação de capital, qual seja: demonstrar que a demanda não pode exercer qualquer influência limitante no crescimento econômico no longo-prazo.
  - No longo-prazo, a economia alcançaria um *estado-estacionário* devido tão somente a deterioração das condições técnicas de produção, não por insuficiência de demanda efetiva.

# A Lei de Say ...

- *“O fato de que esse incremento da produção e a conseqüente demanda por ele determinada faça ou não diminuir os lucros, depende somente da elevação dos salários. E a elevação dos salários depende da facilidade com que se produzem os alimentos e os gêneros de primeira necessidade consumidos pelo trabalhador” (Ricardo, 1817, p.199).*